

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

LICITAÇÕES e CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Teoria e Prática

11^a
edição

revista e
atualizada



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 26.01.2022

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O51L

11. ed.

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 11. ed.

– Rio de Janeiro: Forense, 2022.

608 p.; 23 cm

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-326-4

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Licitação pública – Legislação – Brasil. 3. Contratos administrativos – Brasil. I. Título.

22-75546

CDU: 342.9(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – LICITAÇÃO	1
1.1. Conceito, objetivos e função regulatória.....	1
1.2. Fontes normativas.....	6
1.3. Competência legislativa e aplicação da Lei de Licitações.....	7
1.4. Princípios da licitação	11
1.4.1. Princípio da competitividade	12
1.4.2. Princípio da isonomia	13
1.4.3. Princípio da vinculação ao edital.....	14
1.4.4. Princípio do procedimento formal (formalismo moderado)	15
1.4.5. Princípio do julgamento objetivo	16
1.4.6. Princípio do planejamento	16
1.4.7. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	17
1.4.8. Princípios da publicidade e da transparência	19
1.4.9. Princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade	20
1.4.10. Princípios da segregação de funções	21
1.5. Objeto da licitação	21
1.5.1. Obras e serviços de engenharia	24
1.5.1.1. Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais.....	26
1.5.1.2. Vedações e impedimentos	28
1.5.1.3. Formas de execução: direta e indireta	29
1.5.1.4. Execução indireta: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral e tarefa	29
1.5.1.5. Obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/2021	30
1.5.2. Serviços	32
1.5.2.1. Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio x atividade-fim	32

1.5.2.2.	Contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos (contrato de <i>facilities</i>)	37
1.5.2.3.	Quarteirização	39
1.5.2.4.	Serviços técnicos profissionais especializados	40
1.5.2.5.	Serviços de publicidade	41
1.5.2.6.	Serviços na Lei 14.133/2021	42
1.5.3.	Compras	44
1.5.3.1.	Indicação de marcas, amostras e certificados de qualidade.....	45
1.5.3.2.	Princípio da padronização	45
1.5.3.3.	Preferência do Sistema de Registro de Preços (SRP)	46
1.5.3.4.	Divisibilidade do objeto e licitação por item.....	46
1.5.3.5.	Compras na Lei 14.133/2021	47
1.5.4.	Alienações	53
1.5.4.1.	Alienações na Lei 14.133/2021	54
1.5.5.	Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021.....	55
1.5.6.	Licitações internacionais na Lei 14.133/2021.....	55
1.5.7.	Agente de contratação e comissão de contratação	56
1.5.8.	Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos.....	63
1.6.	Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993	65
1.6.1.	Procedimentos auxiliares na Lei 14.133/2021.....	76
1.6.1.1.	Credenciamento	77
1.6.1.2.	Pré-qualificação.....	78
1.6.1.3.	Procedimento de manifestação de interesse (PMI).....	80
1.6.1.4.	Sistema de registro de preços (SRP)	82
1.6.1.5.	Registro cadastral.....	86
1.7.	Destinatários da regra da licitação.....	88
1.7.1.	Administração Pública direta.....	89
1.7.2.	Administração Pública indireta	89
1.7.2.1.	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	90
1.7.2.2.	Características principais.....	93
1.7.3.	Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público	107
1.8.	Contratação direta.....	108
1.8.1.	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993).....	110
1.8.2.	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993 e art. 4.º da Lei 13.979/2020)	114
1.8.2.1.	Valor reduzido (art. 24, I e II)	115
1.8.2.2.	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV)	116
1.8.2.3.	Licitação deserta (art. 24, V).....	118
1.8.2.4.	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	119
1.8.2.5.	Licitação frustrada (art. 24, VII)	119

1.8.2.6.	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII)	120
1.8.2.7.	Segurança nacional (art. 24, IX).....	123
1.8.2.8.	Compra e locação de imóveis (art. 24, X)	124
1.8.2.9.	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI)	124
1.8.2.10.	Gêneros perecíveis (art. 24, XII)	125
1.8.2.11.	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV, XXXIII e XXXIV)	125
1.8.2.12.	Negócios internacionais (art. 24, XIV).....	130
1.8.2.13.	Obras de arte (art. 24, XV).....	130
1.8.2.14.	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)	130
1.8.2.15.	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX)	130
1.8.2.16.	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI).....	131
1.8.2.17.	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	132
1.8.2.18.	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	133
1.8.2.19.	Contratos de programa (art. 24, XXVI)	134
1.8.2.20.	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII).....	135
1.8.2.21.	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII)	135
1.8.2.22.	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX).....	136
1.8.2.23.	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	136
1.8.2.24.	Dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: art. 4.º da Lei 13.979/2020 e Lei 14.065/2020	138
1.8.3.	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	144
1.8.3.1.	Fornecedor exclusivo (art. 25, I)	144
1.8.3.2.	Serviços técnicos especializados (art. 25, II)	146
1.8.3.3.	Artistas consagrados (art. 25, III)	148
1.8.3.4.	Credenciamento	149
1.8.4.	Contratação direta na Lei 14.133/2021	150
1.8.4.1.	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021) ..	151
1.8.4.2.	Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021)	155
1.8.4.3.	Licitação dispensada (art. 76, I e II, da Lei 14.133/2021)	164
1.9.	Modalidades	165
1.9.1.	Concorrência	166
1.9.2.	Tomada de preços e o registro cadastral	167
1.9.3.	Convite	170
1.9.4.	Concurso.....	171
1.9.5.	Leilão	172
1.9.6.	Pregão.....	172

1.9.6.1.	Pregão eletrônico em âmbito federal: visão geral do Decreto 10.024/2019.....	177
1.9.6.1.1.	Objeto e âmbito de aplicação do Decreto 10.024/2019	177
1.9.6.1.2.	Princípios aplicáveis ao pregão eletrônico federal.....	178
1.9.6.1.3.	Hipóteses de inaplicabilidade do pregão eletrônico.....	179
1.9.6.1.4.	Forma de realização	179
1.9.6.1.5.	Critérios de julgamento das propostas	179
1.9.6.1.6.	Etapas do pregão eletrônico	180
1.9.6.1.7.	Saneamento ou convalidação	188
1.9.6.1.8.	Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços	188
1.9.6.1.9.	Sanções.....	189
1.9.6.1.10.	Revogação e anulação do certame	189
1.9.6.1.11.	Sistema de dispensa eletrônica	189
1.9.6.2.	Pregão nas obras e serviços de engenharia: controvérsias	190
1.9.6.3.	Pregão na contratação de equipamentos e serviços de informática.....	191
1.9.7.	Consulta	191
1.9.8.	Modalidades de licitação na Lei 14.133/2021	192
1.9.8.1.	Pregão	193
1.9.8.2.	Concorrência	194
1.9.8.3.	Concurso.....	194
1.9.8.4.	Leilão.....	194
1.9.8.5.	Diálogo competitivo	195
1.10.	Procedimento.....	199
1.10.1.	Fases da licitação: interna e externa	199
1.10.2.	Edital.....	202
1.10.3.	Habilitação.....	203
1.10.3.1.	Habilitação jurídica.....	205
1.10.3.2.	Qualificação técnica.....	205
1.10.3.3.	Qualificação econômico-financeira.....	206
1.10.3.4.	Regularidade fiscal e trabalhista.....	207
1.10.3.5.	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB	211
1.10.4.	Julgamento (tipos de licitação) e classificação.....	211
1.10.5.	Homologação e adjudicação.....	213
1.10.6.	Procedimento na Lei 14.133/2021	215
1.10.6.1.	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica.....	215
1.10.6.2.	Fase interna ou preparatória.....	217

1.10.6.3.	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos	221
1.10.6.4.	Valor estimado da contratação: possibilidade de orçamento sigiloso ou publicidade diferida	222
1.10.6.5.	Edital	225
1.10.6.6.	Margem de preferência	232
1.10.6.7.	Apresentação de propostas e lances	235
1.10.6.8.	Julgamento	237
1.10.6.9.	Habilitação	241
1.10.6.10.	Encerramento da licitação	246
1.11.	Anulação e revogação da licitação	247
1.11.1.	Anulação e revogação na Lei 14.133/2021	249
1.12.	Recursos administrativos	250
1.12.1.	Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na Lei 14.133/2021	251
1.13.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	252
CAPÍTULO 2 – TEMAS ESPECIAIS DE LICITAÇÕES		255
2.1.	Cooperativas nas licitações	255
2.2.	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações	257
2.2.1.	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista	258
2.2.2.	Empate ficto ou presumido	259
2.2.3.	Possibilidade de licitações diferenciadas	260
2.2.4.	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006	264
2.2.5.	Cédula de crédito microempresarial	266
2.2.6.	Aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006 às cooperativas	266
2.2.7.	ME e EPP na Lei 14.133/2021	266
2.3.	A participação de consórcios empresariais nas licitações	267
2.3.1.	Consórcios empresariais na Lei 8.666/1993	267
2.3.2.	Consórcios empresariais na Lei 14.133/2021	269
2.4.	Desnecessidade de licitação para celebração de convênios e o processo seletivo objetivo	270
2.5.	Licitação nas concessões de serviços públicos	274
2.5.1.	Concessões comuns (Lei 8.987/1995): peculiaridades	274
2.5.1.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos	274
2.5.1.2.	Modalidade de licitação	277
2.5.1.3.	Tipos de licitação	278
2.5.1.4.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	278

2.5.2.	Concessões especiais (Lei 11.079/2004) – Parcerias Público-Privadas (PPPs): peculiaridades.....	279
2.5.2.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs)	280
2.5.2.2.	Justificativa para formatação da PPP.....	282
2.5.2.3.	PPP e responsabilidade fiscal: a interpretação do art. 28 da Lei 11.079/2004	282
2.5.2.4.	Edital e consulta pública.....	286
2.5.2.5.	Licenciamento ambiental	287
2.5.2.6.	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos	288
2.5.2.7.	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases	288
2.5.2.8.	Qualificação técnica e tipos de licitação	290
2.5.2.9.	Saneamento de falhas	291
2.6.	Licitação nos consórcios públicos.....	291
2.6.1.	Valores diferenciados para escolha da modalidade de licitação (art. 23, § 8.º, da Lei 8.666/1993).....	292
2.6.2.	Dispensa de licitação (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993 e art. 75, XI, da Lei 14.133/2021)	292
2.6.3.	Valores diferenciados para dispensa de licitação (art. 24, § 1.º, da Lei 8.666/1993 e art. 75, § 2.º, da Lei 14.133/2021)	293
2.6.4.	Licitação compartilhada (art. 112 da Lei 8.666/1993)	294
2.7.	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	295
2.7.1.	Terceiro Setor: visão geral.....	295
2.7.2.	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	297
2.7.3.	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor	298
2.8.	A função regulatória das licitações e contratações públicas	300
2.8.1.	Introdução	300
2.8.2.	A função regulatória da licitação	301
2.8.3.	O Direito Administrativo pós-positivista, pluralismo e a legitimidade das licitações públicas: efetivação do desenvolvimento nacional.....	305
2.8.4.	A função regulatória na Lei 8.666/1993.....	310
2.8.5.	A função regulatória na Lei 14.133/2021.....	319
2.9.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): visão geral	320
2.9.1.	Introdução	320
2.9.2.	Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 12.462/2011.....	322
2.9.3.	Objeto e finalidades do RDC	324
2.9.4.	Princípios e diretrizes do RDC: a função regulatória da licitação ...	327

2.9.5.	Aquisição de bens: peculiaridades.....	329
2.9.5.1.	Indicação de marca	329
2.9.5.2.	Amostras	329
2.9.5.3.	Certificados de qualidade	330
2.9.5.4.	Solidariedade do fabricante	330
2.9.6.	Contratação integrada.....	331
2.9.7.	Contrato de desempenho e remuneração variável.....	333
2.9.8.	Inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento	335
2.9.9.	Regras especiais sobre publicidade: orçamento sigiloso e publicação dos atos.....	336
2.9.10.	Lances verbais e intermediários.....	338
2.9.11.	Critérios de julgamento	338
2.9.12.	Critérios de desempate.....	340
2.9.13.	Pré-qualificação permanente	340
2.9.14.	Registros cadastrais	342
2.9.15.	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	342
2.9.16.	Catálogo eletrônico de padronização.....	343
2.9.17.	Comissão de licitação.....	344
2.9.18.	Contratação direta	344
2.9.19.	Condições para participação nas licitações e para contratações	344
2.9.20.	Contratos no RDC	345
2.9.21.	Recursos administrativos.....	346
2.9.22.	Sanções administrativas.....	347
2.10.	Licitações inclusivas: os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) nas contratações públicas	348
2.10.1.	Introdução	348
2.10.2.	A proteção dos portadores de deficiência no Direito Administrativo	348
2.10.3.	Licitações inclusivas e os impactos promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) na Lei 8.666/1993: a função regulatória da licitação e a função social dos contratos administrativos.....	350
2.10.4.	Licitações inclusivas e a Lei 14.133/2021.....	356
2.11.	Licitações e contratações de soluções inovadoras pela Administração Pública: o regime jurídico da LC 182/2021	356
2.12.	Licitações públicas e a “teoria dos leilões”	362
CAPÍTULO 3 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		367
3.1.	Conceito e a dicotomia contrato administrativo x contrato privado.....	367
3.2.	Fontes normativas e competência legislativa.....	369
3.3.	Sujeitos do contrato	370
3.4.	Características.....	372

3.4.1.	Formalismo moderado	372
3.4.2.	Bilateralidade	373
3.4.3.	Comutatividade.....	374
3.4.4.	Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>)	374
3.4.5.	Desequilíbrio	374
3.4.6.	Instabilidade	375
3.5.	Formalização do contrato, garantias e alocação de riscos.....	375
3.5.1.	Formalização dos contratos na Lei 14.133/2021.....	378
3.5.2.	Garantias na Lei 14.133/2021	383
3.5.3.	Alocação de riscos na Lei 14.133/2021	386
3.6.	Cláusulas exorbitantes	388
3.6.1.	Alteração unilateral	388
3.6.2.	Rescisão unilateral	392
3.6.3.	Fiscalização	392
3.6.4.	Aplicação de sanções	393
3.6.5.	Ocupação provisória	394
3.6.6.	Outras cláusulas exorbitantes	394
3.6.7.	A releitura das cláusulas exorbitantes	395
3.6.8.	Cláusulas exorbitantes na Lei 14.133/2021.....	396
3.7.	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	397
3.7.1.	Reajuste	397
3.7.2.	Revisão	400
3.7.3.	Atualização financeira.....	401
3.7.4.	Repactuação.....	401
3.7.5.	Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na Lei 14.133/2021	404
3.8.	Duração dos contratos	407
3.8.1.	Contratos por prazo certo e contratos por escopo	407
3.8.2.	Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário	407
3.8.3.	Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento ..	408
3.8.4.	Duração dos contratos na Lei 14.133/2021	413
3.9.	Prorrogação dos contratos	419
3.10.	Inexecução contratual	421
3.10.1.	Inexecução culposa	421
3.10.1.1.	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	422
3.10.2.	Inexecução sem culpa	423
3.10.2.1.	Teoria da imprevisão	425
3.10.2.2.	Fato do príncipe	425
3.10.2.3.	Caso fortuito e força maior	426
3.11.	Extinção dos contratos.....	427
3.11.1.	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual	427

3.11.2.	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	428
3.11.3.	Arbitragem nos contratos administrativos.....	429
3.11.3.1.	Arbitrabilidade subjetiva (Administração Pública) e objetiva (direitos disponíveis)	431
3.11.3.2.	Arbitragem de direito e a vedação da arbitragem por equidade	432
3.11.3.3.	A publicidade da arbitragem na Administração Pública.	433
3.11.3.4.	Regulamentação e autonomia federativa	434
3.11.3.5.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	434
3.11.3.6.	Arbitragem e a relativização prerrogativas administrativas.....	436
3.11.3.7.	Arbitragem <i>ad hoc</i> ou institucional	438
3.11.3.8.	Árbitro ou tribunal arbitral.....	439
3.11.3.9.	Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação.....	439
3.11.3.10.	Interrupção da prescrição	441
3.11.4.	Mediação e autocomposição de conflitos na Administração Pública.....	441
3.11.5.	Extinção dos contratos na Lei 14.133/2021	442
3.11.5.1.	Motivos para extinção dos contratos administrativos.....	442
3.11.5.2.	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral	445
3.11.5.3.	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem.....	446
3.12.	Sanções administrativas	447
3.12.1.	Infrações e sanções administrativas na Lei 14.133/2021	452
3.13.	Controle das licitações e dos contratos	458
3.13.1.	Controle das licitações e dos contratos na Lei 14.133/2021	460
3.14.	Responsabilidade civil nos contratos administrativos.....	468
3.14.1.	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato.....	468
3.14.2.	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários	469
3.14.3.	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações	472
3.14.4.	Responsabilidade do Estado, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	475
CAPÍTULO 4 – TEMAS ESPECIAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ..		477
4.1.	Contratos de concessão de serviço público	477
4.1.1.	Contrato de concessão comum de serviço público (Lei 8.987/1995)	478
4.1.1.1.	Cláusulas essenciais	479
4.1.1.2.	Prazo	479

4.1.1.3.	Prorrogação	480
4.1.1.4.	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário	483
4.1.1.5.	Encargos do poder concedente e da concessionária.....	484
4.1.1.6.	Direitos e obrigações dos usuários.....	486
4.1.1.7.	Extinção do contrato de concessão.....	487
4.1.1.7.1.	Advento do termo contratual.....	488
4.1.1.7.2.	Encampação	488
4.1.1.7.3.	Caducidade.....	489
4.1.1.7.4.	Rescisão.....	491
4.1.1.7.5.	Anulação.....	492
4.1.1.7.6.	Falência ou desaparecimento do concessionário	492
4.1.1.7.7.	Distrato, acordo ou extinção amigável	493
4.1.1.7.8.	Caso fortuito e força maior	494
4.1.1.8.	Arbitragem nos contratos de concessão.....	494
4.1.1.9.	Reversão dos bens	495
4.1.2.	Contrato de concessão especial de serviço público (Lei 11.079/2004)	495
4.1.2.1.	Origem e fontes normativas.....	495
4.1.2.2.	Conceito: PPP em sentido amplo e PPP em sentido restrito	496
4.1.2.3.	Espécies de PPPs: patrocinada e administrativa	497
4.1.2.4.	Principais características da concessão especial – PPP ...	498
4.1.2.4.1.	Remuneração do concessionário.....	499
4.1.2.4.2.	Repartição objetiva de riscos	501
4.1.2.4.3.	Valor mínimo do contrato.....	503
4.1.2.4.4.	Prazo contratual.....	504
4.1.2.4.5.	Objeto complexo.....	505
4.1.2.4.6.	Cláusulas essenciais.....	505
4.1.2.4.7.	Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	506
4.1.2.4.8.	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP).....	508
4.1.2.4.9.	Verificador Independente nas concessões comuns e PPPs	510
4.2.	Convênios administrativos	511
4.3.	Convênios de natureza financeira: convênios, contratos de repasse e termo de cooperação (Decreto 6.170/2007, Decreto 7.568/2011 e Portaria interministerial 424/2016)	515
4.4.	Contrato de gestão.....	520
4.4.1.	Contrato de gestão interno ou endógeno ou “contrato de desempenho”	520
4.4.2.	Contrato de gestão externo ou exógeno	522
4.5.	Termo de Parceria.....	523

4.6.	O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as Organizações da Sociedade Civil (OSCS): aspectos relevantes da Lei 13.019/2014.....	525
4.6.1.	Introdução	525
4.6.2.	A abrangência federativa da Lei 13.019/2014 e a necessidade de sua interpretação conforme a Constituição	526
4.6.3.	O âmbito de aplicação da Lei 13.019/2014 às entidades privadas sem fins lucrativos e às entidades da Administração Pública.....	528
4.6.4.	Procedimentos de seleção de entidades parceiras	530
4.6.4.1.	Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS)	530
4.6.4.2.	A exigência de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil.....	531
4.6.5.	Instrumentos jurídicos de parcerias entre a Administração e as organizações da sociedade civil: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação	535
4.6.6.	Contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	541
4.6.7.	Atuação em rede de organizações da sociedade civil.....	544
4.6.8.	Transparência, participação social, prestação de contas e <i>accountability</i>	545
4.6.9.	Destino dos bens remanescentes	546
4.6.10.	Responsabilidade civil e sanções administrativas.....	547
4.6.11.	Benefícios para OSCs	548
4.6.12.	Vigência da Lei 13.019/2014 e regras de transição.....	549
4.7.	Contrato de consórcio público.....	549
4.7.1.	Conceito e fontes normativas.....	549
4.7.2.	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005	550
4.7.3.	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios.....	552
4.7.4.	Partícipes do consórcio público	554
4.7.5.	Procedimento para instituição do consórcio público	554
4.7.6.	Personificação do consórcio.....	556
4.7.6.1.	Consórcio público de direito público: associação pública..	556
4.7.6.2.	Consórcio público de direito privado.....	558
4.7.7.	Contrato de rateio.....	559
4.7.8.	Contrato de programa.....	560
4.8.	Contratos das empresas estatais.....	561
4.9.	Programas de Integridade (<i>compliance</i>) nas Contratações Públicas.....	564
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	567